

A problemática do endividamento das famílias em Portugal

Na década de 90, em particular na segunda metade, o endividamento das famílias portuguesas subiu em flecha. Vários factores de conjuntura explicam esse aumento acentuado. A adesão à zona euro e o processo de convergência real que a precedeu - com a aproximação significativa do padrão de vida das famílias portuguesas à média europeia - deram início a uma era de estabilidade de preços e de juros nominais e reais historicamente baixos. Ao mesmo tempo, uma maior facilidade no acesso ao crédito foi potenciada pela liberalização e inovação financeiras e por uma forte competição entre a oferta. Num contexto de emprego e níveis de confiança elevados, as famílias portuguesas anteciparam um aumento do seu rendimento permanente e endividaram-se sobretudo para a compra de habitação, mas também para consumo. Algumas passaram a consumir mais do que o seu rendimento disponível, levantando a questão do sobreendividamento, ou seja, da sustentabilidade ou não do serviço da dívida a prazo. Para evitar situações de incumprimento, tornou-se essencial uma melhor avaliação do risco de crédito por parte das instituições bancárias, tendo o Banco de Portugal aumentado, nesse sentido, o requisito mínimo de provisões para crédito ao consumo, que entretanto crescia a ritmo acelerado. O consumo privado tornara-se então o motor principal de crescimento da economia portuguesa.

Hoje, o contexto é diferente e o modelo de crescimento português, assente na procura interna, evidencia sinais de esgotamento. Em Dezembro de 2005, pela primeira vez em 5 anos, o BCE aumentou a taxa de juro de referência na zona euro de 2 para 2,5%, abrindo caminho a um ciclo de possíveis novas subidas no futuro. Tendo em atenção que a maioria dos empréstimos no nosso país, sobretudo para habitação, são contratados a taxa de juro variável, a sensibilidade das famílias portuguesas a eventuais aumentos dos juros é particularmente elevada. Uma subida das taxas de juro irá arrefecer o consumo privado e agravar as prestações do crédito à habitação. Com uma maior fatia do rendimento das famílias a ser afectada ao serviço da dívida, tanto o consumo como a poupança saem penalizados. Por outro lado, prevê-se que a ameaça real do desemprego e o indispensável reequilíbrio financeiro das famílias face ao excessivo endividamento irão acentuar a tendência de abrandamento do consumo privado. Não se afigura possível, desta forma, que

o consumo privado continue a ser o dinamizador principal da economia nacional.

O elevado endividamento das famílias e a reduzida confiança fazem rever em baixa as expectativas das empresas quanto à evolução futura da procura, constituindo um desincentivo ao investimento. Estando os gastos públicos limitados pelos compromissos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, conclui-se que será necessária uma viragem no modelo de crescimento português no sentido de aumentar as exportações. Mas a concorrência vinda de Oriente é feroz e, como tal, um aumento da produtividade torna-se essencial. Uma solução para ajudar a resolver o problema do excessivo endividamento das famílias portuguesas poderá ser a melhoria salarial sustentada pelo acréscimo da produtividade.

Inês Maria Avelino Bação

Aluna do Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra

Licenciada em Economia pela mesma Faculdade